



REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA TROFA



Aprovado na Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal,
de 30 de Dezembro de 2013



Nota Preambular

O Regimento constitui o instrumento fundamental para regular o funcionamento da Assembleia Municipal por forma a cumprir as competências que a lei lhe prescreve e as expectativas que as populações esperam ver asseguradas não apenas quando exercem o seu direito de voto, mas também quando a este órgão se dirigem para, no uso do seu direito de audição, alertar os poderes públicos para os problemas com que se confrontam.

O fundamento de qualquer Regimento reside no estabelecimento de regras, para a discussão e tomada de decisão no quadro das competências legalmente atribuídas a qualquer órgão e no respeito pelos princípios de sã convivência democrática que obriga a realização de entendimentos entre grupos e pessoas que, pensando de forma diferente, visam todos atingir o mesmo fim.

O Regimento que se encontrava em vigor datava já de abril de 2002 e mostrava algumas insuficiências e desatualizações legislativas, em função da mutabilidade da realidade e dos diversos normativos que têm vindo a ser produzidos e entrado em vigor.

Assim, a Assembleia Municipal eleita para o quadriénio 2013-2017 considerou conveniente e necessário proceder à elaboração de um novo regimento que fosse de encontro às legítimas expectativas que se associam a este tipo de documentos e que possibilitasse uma participação profunda, sã e democrática de eleitos e eleitores, tendo por base os princípios da igualdade, transparência e democraticidade.

Saliente-se que neste esforço foram atendidas as participações de todos os partidos e sensibilidades representadas, às quais se agradece o espírito de colaboração demonstrado.

A Presidente da Assembleia Municipal



Índice

CAPÍTULO I **ASSEMBLEIA MUNICIPAL** **MANDATO, DEVERES E DIREITOS** **SECÇÃO I** **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Artigo 1.º - Fontes normativas	6
Artigo 2.º - Constituição	6
Artigo 3.º - Instalação e Funcionamento	7
Artigo 4.º - Competências da Assembleia Municipal	8

SECÇÃO II **DO MANDATO**

Artigo 5º - Início e termo do mandato	12
Artigo 6.º - Suspensão do mandato	12
Artigo 7.º - Ausência inferior a trinta dias	13
Artigo 8.º - Cessação da suspensão.....	13
Artigo 9.º - Perda do mandato	14
Artigo 10.º - Substituição dos Membros da Assembleia Municipal	15

SECÇÃO III **DOS DEVERES E DIREITOS**

Artigo 11.º - Deveres dos Membros da Assembleia Municipal	15
Artigo 12.º - Direitos dos Membros da Assembleia Municipal.....	16

CAPÍTULO II **SECÇÃO ÚNICA** **DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Artigo 13.º - Composição, Eleição e Destituição da Mesa	18
Artigo 14.º - Competências da Mesa.....	19
Artigo 15.º - Competências do(a) Presidente.....	19



Artigo 16.º - Competência dos Secretários	21
---	----

CAPÍTULO III
FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA
SECÇÃO I
DAS SESSÕES

Artigo 17.º - Sessões Ordinárias e Extraordinárias	22
Artigo 18.º - Forma da convocatória e documentos anexos.....	24
Artigo 19.º - Convocação das sessões e reuniões	26
Artigo 20.º - Verificação de quórum e registo de presenças	26
Artigo 21.º - Expediente, informações e deliberações imediatas	27
Artigo 22.º - Período de antes da ordem do dia.....	28
Artigo 23.º - Período da ordem do dia	29

CAPÍTULO IV
AGRUPAMENTOS POLÍTICOS E COMISSÃO PERMANENTE
SECÇÃO I
DOS AGRUPAMENTOS POLÍTICOS

Artigo 24.º - Constituição.....	30
Artigo 25.º - Organização	31
Artigo 26.º - Direitos	31

SECÇÃO II
DA COMISSÃO PERMANENTE

Artigo 27.º - Constituição.....	32
Artigo 28º - Funcionamento e competências	32

CAPÍTULO V
USO DA PALAVRA E DOCUMENTOS
SECÇÃO I
DO USO DA PALAVRA

Artigo 29.º - Tempos e Ordem das Intervenções.....	34
Artigo 30.º - Modo de usar a palavra	35
Artigo 31.º - Uso da palavra pela Mesa	35



Artigo 32.º - Fins do uso da palavra	35
Artigo 33.º - Uso da palavra.....	36
Artigo 34.º - Uso da palavra no exercício do direito de defesa.....	36
Artigo 35.º - Interpelação à Mesa e Recursos.....	36
Artigo 36.º - Esclarecimentos	37
Artigo 37.º - Reação contra ofensas à honra ou consideração	37
Artigo 38.º - Protestos e Contra Protestos.....	38
Artigo 39.º - Proibição do uso da palavra na votação.....	38
Artigo 40.º - Declarações de voto	38

SECÇÃO II DOS DOCUMENTOS

Artigo 41.º - Requerimentos	39
Artigo 42.º - Propostas e suas alterações.....	39
Artigo 43.º - Moções.....	40

INTERVENÇÃO DA CÂMARA, DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES SECÇÃO I DA INTERVENÇÃO DA CÂMARA

Artigo 44.º - Participação da Câmara nas Atividades da Assembleia.....	41
Artigo 45.º - Duração e Forma de Intervenção da Câmara	42

SECÇÃO II DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

Artigo 46.º - Requisitos das deliberações	43
Artigo 47.º - Deliberações.....	43
Artigo 48.º - Processo de votação	43

CAPÍTULO VI SECÇÃO ÚNICA DAS COMISSÕES DE TRABALHO E REPRESENTANTES

Artigo 49.º - Constituição e composição.....	44
--	----



Artigo 50.º - Indicação e Substituição dos Membros da Assembleia Municipal nas	
Comissões	45
Artigo 51.º - Competência e funcionamento	46
Artigo 52.º - Subcomissões, Delegações e Representações	46

SECÇÃO ÚNICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 53.º - Atas	47
Artigo 54.º - Publicidade das reuniões	48
Artigo 55.º - Entrada em vigor	49
Artigo 56.º - Alterações	49



CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO, DEVERES E DIREITOS

SECÇÃO I

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo 1.º - Fontes normativas

A constituição, convocação, instalação, primeira reunião e competências da Assembleia Municipal de Trofa, adiante designada por Assembleia Municipal, são as definidas e fixadas na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 2.º - Constituição

A Assembleia Municipal da Trofa é constituída por:

1. Vinte e um membros eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do Município da Trofa;
2. Cinco Presidentes das Juntas de Freguesia, correspondentes às Freguesias que compõem o Município da Trofa.

Na primeira Sessão de funcionamento da Assembleia Municipal, participarão os cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas nas Eleições para as Assembleias de Freguesia da área do Município da Trofa, mesmo que aquelas não estejam ainda instaladas.



Artigo 3.º - Instalação e Funcionamento

O funcionamento da Assembleia Municipal rege-se pelas disposições legais aplicáveis e por este Regimento, aprovado nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 26º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

1. A Assembleia Municipal tem a sua sede na Trofa, onde deve reunir ordinária ou extraordinariamente, no Salão Nobre da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa.
2. Por decisão da Assembleia ou do Presidente, ouvida a Comissão Permanente, as sessões podem decorrer fora da sede, mas sempre dentro da área do concelho de Trofa.
3. Os Membros da Assembleia Municipal tomam lugar na sala de acordo com o deliberado pelo Plenário.
4. A Assembleia Municipal dispõe de um Núcleo de apoio próprio, sob orientação do respetivo Presidente e composto por trabalhadores do Município, nos termos definidos pela Mesa e a afetar pela Câmara Municipal.
5. A Assembleia Municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a afetar pela Câmara Municipal.
6. No Orçamento Municipal serão inscritas, sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos Membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessária ao seu funcionamento e representação.



Artigo 4.º - Competências da Assembleia Municipal

1. Para além de outras competências, que lhe são atribuídas por lei, compete à Assembleia Municipal:
 - a) Eleger, por voto secreto, o Presidente da Mesa e os dois Secretários;
 - b) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
 - c) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências;
 - d) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais ou em quaisquer outras entidades;
 - e) Apreciar, em cada uma das Sessões Ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, informação essa que deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
 - f) Solicitar e receber informações, através da Mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores;
 - g) Aprovar referendos locais;
 - h) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da Câmara Municipal ou de qualquer dos seus membros, que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
 - i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;



- j) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal;
- k) Discutir, na sequência de pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- l) Elaborar e aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
- m) Tomar posição perante quaisquer órgãos do estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;
- n) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- o) Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
- p) Apreciar o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- q) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por Lei.

2. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:

- a) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
- b) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- c) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
- d) Autorizar a contratação de empréstimos;
- e) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
- f) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;



- g) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
- h) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
- i) Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independente do seu valor;
- j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;
- l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de competência e a resolução dos acordos de execução;
- m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
- n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;
- o) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
- p) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
- q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;
- r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes de ordenamento do território e do urbanismo;



- s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
 - t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
 - u) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
 - v) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal;
 - w) Convocar o secretariado executivo metropolitano ou a comunidade intermunicipal, conforme o caso, e nos termos da Lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana ou comunidade intermunicipal do respetivo município;
 - x) Aprovar moções de censura à comissão executiva metropolitana ou ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.
3. Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas b), i), m) do número 2 e na alínea p do número 1, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.
4. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela câmara municipal, nos termos da alínea d) do número 2, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como, do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.



SECÇÃO II

DO MANDATO

Artigo 5º - Início e termo do mandato

O mandato dos membros da Assembleia Municipal, designados por Membros da Assembleia Municipal, inicia-se após o ato de instalação do órgão e da verificação da sua identidade e legitimidade. Termina quando se proceder à sua substituição legal, sem prejuízo da cessação, renúncia ou suspensão individual do mandato, previstos na lei ou no presente Regimento.

Artigo 6.º - Suspensão do mandato

1. Os Membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do mandato por período superior a trinta dias.¹
2. Determinam a suspensão do mandato, designadamente:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
 - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias;
 - d) A opção pelo exercício de um cargo autárquico diverso daquele para que tenha sido eleito.²
3. Compete à Assembleia Municipal apreciar e deliberar sobre a justificação da suspensão.

¹ Artigo 77.º da Lei 169/99, 18/09.

² Decorre da Lei Orgânica nº 1/2001, 14/8.



Artigo 7.º - Ausência inferior a trinta dias

1. Os Membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir, depois de iniciado o respetivo mandato, nos casos de ausência por períodos até trinta dias.³
2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente, na qual são indicados os respetivos início e termo.
3. A substituição opera-se ainda por declaração do próprio membro que se considere inibido ou sujeito a suspeição para deliberar sobre determinada matéria específica.

Artigo 8.º - Cessação da suspensão

1. A suspensão do mandato cessa:
 - a) Pela cessação dos motivos que lhe deram origem;
 - b) Pelo decurso do período de suspensão;
 - c) Pelo regresso antecipado do Membro da Assembleia, ao apresentar comunicação escrita a informar o Presidente da Assembleia.
2. Quando um Membro da Assembleia retoma o seu mandato, cessam os poderes do seu substituto, sem prejuízo da conclusão da reunião que porventura esteja a decorrer.

³ Artigo 78.º da Lei 169/99, 18/09.



Artigo 9.º - Perda do mandato

1. Sem prejuízo das demais situações previstas na lei, incorre em perda do mandato o Membro da Assembleia que:⁴
 - a) Após a eleição, seja colocado em situação que o torne inelegível ou relativamente ao qual se torne conhecido elemento revelador de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição;
 - b) Após a eleição, se inscreva em partido diverso daquele pelo qual foi apresentado ao sufrágio eleitoral;
 - c) Sem motivo justificativo, deixe de comparecer a três sessões ou seis reuniões seguidas, ou a seis sessões ou doze reuniões interpoladas.
 - d) No exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenha em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.
2. Sem prejuízo da possibilidade de interposição de ação judicial, por qualquer interessado definido na lei, compete à Mesa da Assembleia Municipal, depois de ouvida a Comissão Permanente, promover o processo de declaração de perda do mandato dos Membros da Assembleia Municipal, acionando os respetivos mecanismos legais.

⁴ Transcrição parcial do artigo 8º da Lei nº 27/96, de 1/8.



Artigo 10.º - Substituição dos Membros da Assembleia Municipal

1. Quando algum dos Membros da Assembleia Municipal pedir a substituição, solicitar a suspensão do mandato ou deixar de fazer parte da Assembleia, por morte, renúncia, perda de mandato ou por outra razão, será substituído nos termos da Lei.⁵
2. Verificados os pressupostos da substituição, compete ao Presidente da Assembleia Municipal convocar o respetivo substituto, que assumirá de imediato funções, desde que se encontre presente.
3. Em caso de justo impedimento, os Presidentes de Junta fazem-se representar pelo substituto legal por eles designado.

SECÇÃO III DOS DEVERES E DIREITOS

Artigo 11.º - Deveres dos Membros da Assembleia Municipal

1. Constituem deveres dos Membros da Assembleia Municipal, além de outros fixados na lei:
 - a) Comparecer às reuniões do plenário e das comissões ou subcomissões a que pertençam;
 - b) Desempenhar os cargos e funções para que sejam eleitos ou designados;
 - c) Participar nas votações;
 - d) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus Membros, observando a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatando a autoridade que este confere ao Presidente ou a quem o substitua;

⁵ Ver art.º 79.º da Lei 169/99, 18/09.



- e) Observar as situações limitativas de participação, por incompatibilidade, impedimento ou suspeição; ⁶
 - f) Subscrever a folha de presenças nas reuniões do plenário ou comissões, devendo assinalar nesta os pontos em que não participaram na discussão e votação, por se terem ausentado durante os trabalhos ou antes de encerrada a Assembleia; ⁷
 - g) Indicar à Mesa o endereço onde pretende receber as respectivas convocatórias e documentos relacionados com a Assembleia.
2. A prova de não participação em pontos da ordem do dia, na qual o Membro da Assembleia estava inibido, ou se deveria considerar sujeito ao incidente de suspeição, é assegurada pela folha de presenças descrita na alínea f) do número anterior.
3. A justificação da falta a qualquer reunião deve ser apresentada ao Presidente da Mesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da data da reunião em que se tiver verificado.⁸

Artigo 12.º - Direitos dos Membros da Assembleia Municipal

1. Os Membros da Assembleia Municipal têm direito:
- a) Às senhas de presença por cada reunião ordinária, extraordinária ou de comissões em que participem;
 - b) Às ajudas de custo e subsídios de transporte;
 - c) Ao cartão especial de identificação;

⁶ Ver Leis 64/93, de 26/8; 28/95 de 18/8; 88/95 de 15/11; 42/96 de 31/8 e 12/98 de 24/2 e o Código de Procedimento Administrativo.

⁷ É um dever ético informar a Mesa da ausência e é também uma obrigação em caso de impedimento ou suspeição, sendo uma forma de facilmente se provar que não se participou numa determinada discussão e votação.

⁸ Ver o Estatuto dos Eleitos Locais – Lei 29/87, de 30/6, com as alterações das Leis 97/89 de 15/12, 1/91 de 10/1, 11/91 de 17/5, 127/97 de 11/12; Ver ainda Portaria 26/92 de 26/1 e art.º 46-A da Lei 160/99.



- d) À livre circulação em lugares públicos de acesso condicionado, quando necessário ao exercício das respetivas funções, ou por causa delas, mediante a apresentação de cartão especial de identificação;
 - e) À proteção em caso de acidente, através de um seguro de acidentes pessoais, de valor fixado pela Assembleia;
 - f) A solicitar o auxílio de quaisquer autoridades, sempre que o exijam os interesses da respetiva autarquia local;
 - g) À proteção conferida pela lei penal aos titulares dos cargos públicos;
 - h) Ao apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções, desde que não se prove dolo ou negligência.
2. Considera-se que um Membro da Assembleia Municipal participou na reunião, se subscreveu a folha de presenças e se não se declarou expressamente ausente na discussão e votação em mais de dois terços dos pontos da respetiva ordem do dia.⁹
3. A folha de presenças é entregue ao secretariado da Mesa da Assembleia no final do segundo ponto da ordem do dia, e todos os Membros da Assembleia Municipal que se ausentem ou compareçam na assembleia após esse momento, devem dar conhecimento de tal facto à Mesa ou ao respetivo secretariado.

⁹ Ver nota 7 ao artigo anterior.



CAPÍTULO II

SECÇÃO ÚNICA DA MESA DA ASSEMBLEIA

Artigo 13.º - Composição, Eleição e Destituição da Mesa

1. A Mesa é composta e eleita nos termos da lei.¹⁰
2. A Mesa pode ser destituída a todo o tempo, mediante aprovação de uma moção de censura nos termos do presente Regimento.¹¹
3. Sendo aprovada a moção referida no número anterior, procede-se de imediato à eleição de nova Mesa.
4. Até à eleição da nova Mesa, os trabalhos serão conduzidos pela Mesa cessante.
5. Na ausência simultânea de dois Membros da Mesa, compete ao único Membro presente assumir a presidência e convidar dois Membros da Assembleia Municipal para assumirem a função de secretários.
6. Se faltarem todos os Membros da Mesa, compete ao primeiro eleito presente da lista mais votada, assumir a presidência e convidar dois Membros da Assembleia Municipal para secretariarem.
7. Se algum Membro da Mesa renunciar ao seu cargo, suspender, perder ou renunciar ao mandato, o seu lugar é preenchido na sessão imediatamente posterior, nos termos do número anterior, com as necessárias adaptações.

¹⁰ Ver art.º 46.º da Lei 169/99, 18/09.

¹¹ Ver art.º 43.º – Forma de destituir a Mesa.



Artigo 14.º - Competências da Mesa

1. Além das previstas na lei, são competências da Mesa da Assembleia: ¹²
 - a) Proceder à marcação das faltas ao plenário e comissões e apreciar a justificação das mesmas;
 - b) Instruir os processos de impugnação de elegibilidade e de perda de mandato;
 - c) Decidir sobre a necessidade de colocar à consideração da Assembleia a admissão, a discussão e a votação das iniciativas previstas na alínea g) do nº 1 e nº 2 do artigo 21º.
 - d) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição
 - e) Assegurar o cabal desempenho dos serviços de Secretaria.
2. Das deliberações da Mesa cabe recurso para a Assembleia.

Artigo 15.º - Competências do(a) Presidente

1. Além das previstas na lei, são competências do(a) Presidente da Assembleia Municipal:¹³
 - a) Definir o local e data da realização das sessões da Assembleia Municipal, nos termos da lei e do Regimento, ouvida a Comissão Permanente;
 - b) Obtido parecer favorável da Comissão Permanente, convocar sessões solenes com o objetivo de assinalar alguma efeméride considerada particularmente importante, ou de prestar homenagem a pessoa ou entidade de relevo;

¹² Ver art.º 29.º da Lei 75/2013, 12/09.

¹³ Ver art.º 30.º da Lei 75/2013, 12/09.



- c) Agendar para sessão ordinária, ou convocar sessão extraordinária destinada a apreciação de proposta de consulta local direta aos cidadãos, através de referendo;¹⁴
- d) Convocar a Assembleia, em casos urgentes, depois de ouvida a Comissão Permanente;
- e) Tornar pública a realização das sessões, bem como a ordem do dia, data, hora e local;
- f) Declarar a abertura, suspensão, encerramento das sessões, assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações da Assembleia;
- g) Coordenar os trabalhos assegurando a ordem e disciplina das sessões, podendo em caso de emergência requisitar os meios que considere indispensáveis;
- h) Conceder ou retirar a palavra aos intervenientes, regular o tempo do seu uso, nos termos regimentais e da ordem do dia;
- i) Pedir esclarecimentos aos representantes dos agrupamentos políticos, aos Membros da Assembleia Municipal ou à Câmara, ou conceder-lhes a palavra para breves comentários, sempre que tais iniciativas se tornem necessárias à boa condução dos trabalhos;
- j) Dar conhecimento à Comissão Permanente das mensagens, informações, explicações e convites que lhe sejam dirigidos, comunicando-os ao plenário, se o considerar oportuno ou se assim lhe for requerido;
- k) Exercer as competências que lhe são atribuídas pela lei e pelo Regimento em matéria de renúncia, suspensão e substituição dos Membros da Assembleia Municipal;
- l) Solicitar ao Presidente da Câmara Municipal as informações que lhe sejam requeridas pelos Membros da Assembleia Municipal, dando-lhes conhecimento das respetivas respostas;

¹⁴ Ver Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24/08, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15/12, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30/11.



- m) Dar conhecimento formal à Câmara das deliberações e recomendações da Assembleia;
- n) Assinar os documentos expedidos em nome da Assembleia;
- o) Dirigir os trabalhos das comissões, pessoalmente ou através de delegação num dos Secretários da Mesa;
- p) Chefiar as delegações em que participe.

2. Das decisões do Presidente cabe recurso para a Assembleia.

Artigo 16.º - Competência dos Secretários

Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções, devendo nomeadamente:

- a) Assegurar a elaboração das minutas e atas das reuniões da Assembleia, subcrevendo-as, sendo aquelas também assinadas pelo Presidente;
- b) Assegurar a elaboração, inviolabilidade e conservação do registo fonográfico das sessões da Assembleia;
- c) Proceder à conferência das presenças nas reuniões, assegurando a disponibilidade da folha de presenças, assim como verificar em qualquer momento o quórum e registar as votações;
- d) Ordenar a matéria a submeter à votação;
- e) Organizar as inscrições de quem pretenda usar da palavra;
- f) Assinar, em caso de delegação, a correspondência expedida em nome da Assembleia;
- g) Servir de escrutinadores;
- h) Assegurar o expediente;
- i) Substituir o Presidente nos termos legais e regimentais.¹⁵

¹⁵ Ver Art.º 30.º da Lei 75/2013, 12/09.



CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

SECÇÃO I

DAS SESSÕES

Artigo 17.º - Sessões Ordinárias e Extraordinárias

Organização dos trabalhos

1. A Assembleia Municipal tem anualmente cinco Sessões Ordinárias, em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, que são convocadas por edital e por carta com aviso de receção ou através de protocolo com pelo menos oito dias de antecedência.
2. A segunda e a quinta Sessões destinam-se, respetivamente à apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, e respetiva avaliação, e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de Contas à aprovação das opções do Plano e da Proposta do Orçamento.
3. Em cada sessão ordinária da Assembleia há um período designado de “antes da ordem do dia”, com a duração máxima de sessenta minutos, e outro designado de “ordem do dia”.¹⁶
4. A Ordem do Dia de cada Sessão é estabelecida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que deve, contudo, consultar previamente os representantes de cada Grupo Municipal e Independentes que nela tenham assento, para a sua elaboração e para a marcação da data da respetiva Sessão.

¹⁶ Ver art.º 52.º da Lei 75/2013, 12/09.



5. A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do órgão, desde que sejam da competência do mesmo e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da Sessão Ordinária e oito dias úteis sobre a data da Sessão Extraordinária.
6. A Comissão Permanente pode recomendar ao Presidente da Assembleia, por maioria de dois terços, que se inclua o período de antes da ordem do dia em sessões extraordinárias ou se reduza a sua duração em sessões ordinárias.
7. A organização e o convite para intervenções em sessão solene são da responsabilidade da Mesa, mediante parecer vinculativo da Comissão Permanente, aprovado por maioria qualificada de dois terços.
8. O agendamento do período da ordem do dia deve respeitar as seguintes prioridades:
 - a) Eleição e destituição da Mesa;
 - b) Informação escrita do Presidente da Câmara
 - c) Opções do Plano e Orçamento e respetivas revisões;
 - d) Relatório de Atividades, o Balanço e a Conta de Gerência da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados;
 - e) Moções de censura e de confiança à Câmara Municipal;
 - f) Planos municipais de ordenamento do território e respetivas medidas preventivas;
 - g) Autorizações para concessão de empréstimos, fixação de taxas e lançamento de derramas;
 - h) Posturas, regulamentos e protocolos municipais;
 - i) Apreciação dos relatórios ou pareceres de comissões, subcomissões ou delegações.



9. Estas prioridades podem ser alteradas por deliberação da Comissão Permanente, com maioria qualificada de dois terços
10. O Presidente da Assembleia Municipal convoca extraordinariamente a Assembleia, nos termos da lei e do presente Regimento, designadamente, a requerimento:
 - a) Do Presidente da Câmara Municipal por deliberação desta;
 - b) De dois terços dos Membros da Assembleia Municipal;
 - c) De 5% do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.

Artigo 18.º - Forma da convocatória e documentos anexos

1. A convocatória das reuniões da Assembleia Municipal é efetuada por edital e por carta com aviso de receção, ou protocolo. Com a convocatória devem ser enviadas cópias dos documentos relacionados com os assuntos fixados para o período da ordem do dia.
2. O Presidente da Assembleia, com o voto favorável dos líderes representando dois terços dos Membros da Assembleia Municipal, pode:
 - a) Dispensar o envio, em suporte físico, de documentos demasiado extensos;
 - b) Dilatar o prazo de entrega dos documentos mais complexos.
3. Os Membros da Assembleia Municipal podem subscrever protocolo pelo qual declaram aceitar o envio das convocatórias e dos respetivos documentos através de correio eletrónico, ou outro meio digital.
4. As convocatórias e os documentos serão sempre enviados em suporte papel ou eletrónico para os líderes dos agrupamentos e publicadas na página da Internet do Município.



5. A Ordem do Dia é entregue a todos os Membros da Assembleia Municipal com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data de início da reunião.
6. Os assuntos para constarem na Ordem do Dia deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de 5 ou 8 dias, se se tratar, respetivamente, de Sessões Ordinárias ou Extraordinárias.
7. A Mesa deverá fornecer conjuntamente com a Ordem do Dia todos os documentos que habilitem os membros da Assembleia a participar na discussão das matérias dela constante.
8. Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta, desde o dia anterior à data indicada para a Sessão ou Reunião.
9. Encerrada a Ordem do Dia, há um período de 30 minutos para intervenção do público, quer a Sessão seja Ordinária ou Extraordinária, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados.
10. A Mesa da Assembleia Municipal distribuirá uma cópia da ata da Sessão anterior a cada membro com assento na Assembleia Municipal.
11. Pelo menos, uma outra coleção da documentação permanecerá na Secretaria da Câmara Municipal, para consulta.



Artigo 19.º - Convocação das sessões e reuniões

1. As sessões ordinárias são convocadas com a antecedência mínima de oito dias seguidos do dia da sua realização e as extraordinárias para um dos dez dias posteriores à da apresentação do pedido de realização
2. Em caso de urgência fundamentada, aceite pela Comissão Permanente, as sessões ordinárias podem ser convocadas com um prazo inferior ao estipulado no número anterior, mas sempre superior a 48 horas.
3. Sendo usada a faculdade prevista no número anterior, os documentos podem ser consultados, por qualquer Membro da Assembleia, no respetivo serviço de apoio e na página da Internet da Assembleia Municipal.
4. Quando haja necessidade de continuar a sessão, através de nova reunião, a mesa informa, por meio expedito, os Membros da Assembleia Municipal ausentes.

Artigo 20.º - Verificação de quórum e registo de presenças

1. A presença dos Membros da Assembleia Municipal nas reuniões é verificada por chamada ou pela conferência da folha de presenças.
2. As reuniões da Assembleia Municipal não têm lugar ou são suspensas, quando não esteja presente a maioria do número legal dos seus Membros.
3. A existência de quórum é verificada obrigatoriamente no início da reunião e em qualquer outro momento, por iniciativa do Presidente ou a requerimento de qualquer dos Membros da Assembleia.



4. Das reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos respetivos Membros da Assembleia Municipal, dando estas lugar à marcação de falta.¹⁷

Artigo 21.º - Expediente, informações e deliberações imediatas

1. Aberta a reunião, a Mesa procede:

- a) À substituição regimental de qualquer membro da Mesa em falta;¹⁸
- b) À substituição dos Membros da Assembleia Municipal nos termos regimentais;¹⁸
- c) À apreciação e votação da ata da reunião anterior;
- d) À menção, resumo e ou leitura de representações, petições e da correspondência, de interesse para a Assembleia;
- e) À comunicação das decisões do Presidente e das deliberações da Mesa, da Comissão Permanente, das comissões, subcomissões ou delegações e ainda de requerimentos de Membros da Assembleia Municipal e das suas respostas;
- f) À deliberação e votação de recursos pendentes sobre decisões do Presidente ou da Mesa;
- g) À deliberação e votação das iniciativas previstas no número seguinte.

2. Se não estiver previsto o período de antes da ordem do dia, a Mesa ou a Comissão Permanente, quando o considerarem especialmente oportuno ou urgente, podem apresentar para deliberação: votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, com a seguinte metodologia:

- a) Cada agrupamento político tem direito a intervir exclusivamente durante três minutos e cada Membro da Assembleia Municipal independente tem

¹⁷ Ver art.º 54º da Lei 75/2013, 12/09.

¹⁸ Ver art.º 79º da Lei 169/99, 18/09.



- direito a intervir durante um minuto;
- b) Findas as intervenções, procede-se de imediato à sua votação.¹⁹
3. Qualquer Membro da Assembleia pode requerer que lhe seja fornecida, no prazo de três dias, cópia dos documentos lidos ou mencionados nos termos do número um.

Artigo 22.º - Período de antes da ordem do dia

1. O período de Antes da ordem do dia é destinado:²⁰
- a) Às declarações políticas relativas a matérias com interesse para o município.
 - b) À apresentação e votação de recomendações, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar sobre assuntos ou personalidades de especial relevo;
 - c) Ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município.
2. Com ressalva para as propostas de aditamento ou alteração, apresentadas até ao encerramento das intervenções, as iniciativas a que se refere a alínea b) do número anterior têm de ser apresentadas à Mesa nos primeiros quinze minutos posteriores à hora marcada para o início da sessão ou até ao final da leitura do expediente.
3. A discussão e votação dos documentos ou iniciativas apresentadas nos termos do número anterior segue a seguinte metodologia:
- a) Os proponentes são convidados a defender a sua iniciativa, imediatamente a seguir a eventuais declarações políticas apresentadas pelos

¹⁹ Esta regra visa garantir que nas sessões extraordinárias e nas reuniões de continuação de sessão se assegure formalmente a informação, a continuidade dos trabalhos e a resolução de questões urgentes.

²⁰ Ver art.º 17.º n.º 8 do Regimento.



- agrupamentos, com prioridade sobre os restantes oradores inscritos;
- b) Salvo deliberação em contrário da Mesa, não estão sujeitas a votação para admissão nem a período especial para discussão, decorrendo o seu debate durante todo o período de antes da ordem do dia;
 - c) A seguir, é dada a palavra à Câmara Municipal para se pronunciar, querendo, sobre as questões apresentadas no período de antes da ordem do dia;
 - d) Finda aquela intervenção, procede-se de imediato às votações.

Artigo 23.º - Período da ordem do dia

1. O período da ordem do dia, cujo primeiro ponto é a informação escrita do Presidente da Câmara destina-se a tratar os assuntos previstos na convocatória.
2. Nas sessões ordinárias, podem ser objeto de deliberação assuntos não constantes da ordem do dia, desde que pelo menos dois terços da totalidade dos Membros da Assembleia Municipal reconheçam urgência na decisão.²¹
3. Na primeira sessão ordinária de cada ano civil, fará parte da ordem do dia um ponto para a apresentação dos relatórios das atividades dos Membros da Assembleia Municipal que integram outras entidades em representação da Assembleia.
4. As propostas dos agrupamentos políticos ou Membros da Assembleia Municipal de inclusão de pontos na ordem do dia devem ser fundamentadas, conter as deliberações a submeter à votação e especificar as eventuais consequências orçamentais.
5. Se a proposta apresentada nos termos do número anterior for entregue ao Presidente da Assembleia até três dias úteis antes da reunião da Comissão Permanente destinada a dar parecer sobre a organização da sessão e se sobre ela não for dado parecer desfavorável por maioria de três quintos, a mesma é incluída na ordem do dia, sem prejuízo de qualquer Membro da Assembleia

²¹ Ver art.º 50.º da Lei 75/2013, 12/09.



poder apresentar no início da discussão do ponto requerimento a propor a sua rejeição e não discussão.

6. O requerimento apresentado nos termos do número anterior dá origem a um período de discussão de vinte minutos, sendo cinco minutos destinados para intervenção do autor da proposta e dois minutos para cada um dos agrupamentos políticos.
7. Se a proposta receber parecer desfavorável da Comissão Permanente por maioria superior a três quintos ou for apresentada depois do prazo referido no número 5, o ponto é incluído na ordem do dia mas a sua discussão é submetida a votação do plenário da assembleia sem qualquer intervenção.
8. A Mesa da Assembleia, ouvida a Comissão Permanente, pode rejeitar a inclusão de pontos na ordem do dia se considerar que os mesmos não são da competência do órgão.
9. A decisão de rejeição referida no número anterior é passível de recurso escrito para o plenário da Assembleia, que deverá ser apresentado na Mesa até ao dia anterior ao da realização da Assembleia e será submetido a votação, antes do início do período da ordem do dia, sem qualquer debate.

CAPÍTULO IV

AGRUPAMENTOS POLÍTICOS E COMISSÃO PERMANENTE

SECÇÃO I

DOS AGRUPAMENTOS POLÍTICOS

Artigo 24.º - Constituição

1. Os membros da Assembleia Municipal, eleitos por cada partido, integrando listas de partidos ou coligações, ou grupo de cidadãos eleitores concelhio consideram-se constituídos em agrupamentos políticos.



2. Podem também constituir-se em agrupamentos políticos os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos por grupos de cidadãos eleitores e os Membros da Assembleia Municipal independentes, se ultrapassarem o número de dois, mediante comunicação subscrita por estes dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, na qual também devem indicar a denominação e sigla que adotam.
3. No caso de algum agrupamento já existente considerar que a denominação ou sigla de agrupamento criado, em conformidade com o número anterior, é confundível ou inapropriado nos termos legais, pode suscitar a sua rejeição, na reunião imediata, através de requerimento apresentado no período de antes da ordem do dia.
4. Os Membros da Assembleia Municipal dos agrupamentos políticos constituídos nos termos dos números anteriores, passam a exercer o seu mandato como independentes quando se desvinculem do respetivo agrupamento, através de comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia.
5. A um eleito que seja único membro de um partido são atribuídos os mesmos poderes e direitos dos agrupamentos políticos.

Artigo 25.º - Organização

1. Cada agrupamento político escolhe o seu líder e respetivo substituto, indicando-os ao Presidente da Assembleia.
2. Os elementos referidos no número anterior não podem ser membros da Mesa.
3. Cada agrupamento estabelece livremente a sua organização.

Artigo 26.º - Direitos

Constituem direitos de cada agrupamento:

- a) Participar na Comissão Permanente e nas comissões criadas nos termos regimentais;



- b) Requerer a interrupção das reuniões nos termos regimentais;
- c) Solicitar a convocação de reuniões extraordinárias da Comissão Permanente;
- d) Propor, em reunião da Comissão Permanente, o agendamento de pontos da ordem do dia que considerem pertinentes;
- e) Receber regularmente, através da Mesa, as atas das reuniões do executivo e as informações sobre os principais assuntos de interesse para o Município.

SECÇÃO II

DA COMISSÃO PERMANENTE

Artigo 27.º - Constituição

A Comissão Permanente é o órgão consultivo do Presidente da Assembleia, que a ela preside, e é constituída pelos líderes de todos os agrupamentos políticos.

Artigo 28.º - Funcionamento e competências

1. A Comissão reúne, sob convocatória do Presidente da Assembleia, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer agrupamento político.
2. Compete à Comissão:
 - a) Pronunciar-se sobre os assuntos que tenham a ver com o funcionamento da Assembleia;
 - b) Dar parecer sobre a organização das sessões e o agendamento dos debates;
 - c) Sugerir a introdução no período da "ordem do dia" de assuntos de interesse para o Município;



- d) Definir a grelha de tempos de intervenção, em função da importância dos assuntos a discutir, distribuindo-os conforme o artigo 29º deste regimento;
 - e) Solicitar ao Presidente da Assembleia, por maioria qualificada de dois terços, o agendamento de sessão extraordinária, destinada a debate sobre matérias específicas de âmbito municipal, podendo definir as individualidades a convidar e a metodologia dos respetivos trabalhos;
 - f) Dispensar, por maioria de dois terços, o envio de documentos aos Membros
 - g) Municipais, em conjunto com as respetivas convocatórias;
 - h) Apreciar o expediente dirigido à Assembleia ou ao seu Presidente, dando parecer sobre o que deve ser lido ou resumido em plenário, sem prejuízo de qualquer dos representantes solicitar cópias do mesmo;
 - i) Dar parecer vinculativo, por maioria qualificada de dois terços, sobre a convocação e normas de funcionamento de sessões solenes;
 - j) Recomendar a forma de funcionamento e composição das comissões, sem prejuízo da competência do plenário;
 - k) Dar parecer sobre a instauração e metodologia a seguir nos processos de perda de mandato.
3. Cada elemento da Comissão representa um número de votos igual ao número de Membros da Assembleia Municipal que constituem o respetivo agrupamento político.
4. A Câmara Municipal é sempre convidada a fazer-se representar nas reuniões da Comissão Permanente.



CAPITULO V

USO DA PALAVRA E DOCUMENTOS

SECÇÃO I

DO USO DA PALAVRA

Artigo 29.º - Tempos e Ordem das Intervenções

1. Os tempos de intervenção devem ser distribuídos de forma tendencialmente proporcional pelos diversos agrupamentos políticos e pelos Membros da Assembleia Municipal que tenham estatuto de independente, beneficiando os agrupamentos com menor número de Membros da Assembleia Municipal.
2. Cada agrupamento político ou Membro independente tem sempre direito a intervir no período de antes da ordem do dia e em qualquer ponto da ordem do dia.
3. A palavra é dada pela ordem de inscrições, mas o Presidente deve providenciar de modo a que não intervenham seguidamente Membros da Assembleia Municipal do mesmo agrupamento político, havendo outros inscritos, salvo oposição expressa destes.
4. Nenhum Membro da Assembleia se pode inscrever, para intervir no mesmo ponto, mais de uma vez, sem prejuízo do direito a outras intervenções regimentais.
5. O tempo atribuído a cada ponto em discussão na ordem do dia será distribuído indicativamente em reunião de comissão permanente de preparação, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 28º do presente regimento.
6. Nas sessões extraordinárias convocadas nos termos da lei, a requerimento de um grupo de eleitores, dois representantes dos requerentes têm direito a usar da palavra, durante um período inicial de cinco minutos cada um.²²

²² Ver art.º 47 da Lei 75/2013, 12/09.



Artigo 30.º - Modo de usar a palavra

1. No uso da palavra o Membro da Assembleia Municipal deve dirigir-se de pé ao Presidente e à Assembleia.
2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo consideradas interrupções as vozes de concordância, discordância ou análogas.
3. O orador é advertido pelo Presidente quando se desvie do assunto em discussão, ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo aquele retirar-lhe a palavra, se persistir na sua atitude.
4. O orador pode ser avisado pelo Presidente para concluir as suas considerações, quando se aproximar o termo do seu tempo regimental.

Artigo 31.º - Uso da palavra pela Mesa

1. Se algum elemento da Mesa quiser usar da palavra, poderá fazê-lo desde que se retire das suas funções, só podendo reassumi-las no início do ponto imediato da ordem do dia.
2. A regra do número anterior não é aplicável na discussão de deliberações da Mesa ou do Presidente, dentro das suas competências ou perante a apresentação de votos, nos termos do n.º 2 do art.º 21.º.

Artigo 32.º - Fins do uso da palavra

A palavra é concedida aos Membros da Assembleia Municipal para:

- a) Intervir no período de antes da ordem do dia;
- b) Participar no debate dos pontos da ordem do dia;
- c) Apresentar moções ou propostas nos termos regimentais;
- d) Fazer perguntas à Câmara;
- e) Fazer requerimentos;



- f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g) Fazer protestos e contra protestos;
- h) Produzir declarações de voto;
- i) Reagir contra ofensas à honra ou consideração ou dar explicações;
- j) Interpelar a Mesa invocando o Regimento;
- k) Interpor recursos;
- l) Exercer o direito de defesa, no caso de proposta de participação judicial para perda de mandato.

Artigo 33.º - Uso da palavra

1. Quem solicita a palavra deve declarar para que fim a pretende, não podendo usá-la para fim diverso daquele para que lhe foi concedida, nos termos do art.º 32.º.
2. Quando o orador se afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é advertido pelo Presidente, que pode retirar-lha se o orador persistir na sua atitude.

Artigo 34.º - Uso da palavra no exercício do direito de defesa

O Membro da Assembleia Municipal que exercer o direito de defesa, previsto na alínea l) do art.º 32º, não pode exceder sete minutos no uso da palavra.

Artigo 35.º - Interpelação à Mesa e Recursos

1. Quem interpelar a Mesa para invocar o Regimento indica a norma infringida ou as dúvidas sobre as decisões da Mesa, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.



2. Dadas as necessárias explicações pela Mesa ou aceitando esta a observação, prosseguem de imediato os trabalhos, não havendo lugar a discussão das perguntas dirigidas à Mesa.
3. Se o interpelante pretender recorrer para a Assembleia, deverá fundamentar a sua reclamação, podendo pronunciar-se um representante de cada agrupamento.
4. O uso da palavra para interpelar a Mesa, recorrer ou pronunciar-se sobre o recurso não pode exceder dois minutos por cada um dos oradores referidos no número anterior.

Artigo 36.º - Esclarecimentos

1. O pedido de esclarecimento sobre a matéria enunciada pelo orador limita-se à formulação sintética da pergunta.
2. Os Membros da Assembleia Municipal que formulem pedidos de esclarecimento inscrevem-se até ao termo da intervenção que os suscitou.
3. A resposta cinge-se às dúvidas suscitadas.
4. O interrogante e o orador dispõem de dois minutos, por cada intervenção.

Artigo 37.º - Reação contra ofensas à honra ou consideração

1. Quando alguém considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode usar da palavra por tempo não superior a três minutos, para se desagravar.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.



Artigo 38.º - Protestos e Contra Protestos

1. Em cada ponto da ordem do dia, cada agrupamento político pode apresentar um único protesto sobre a mesma intervenção, não excedendo este um minuto.
2. Não são admitidos protestos a esclarecimentos, a respostas e a declarações de voto.
3. O contra protesto tem lugar imediatamente a seguir ao protesto a que respeite e não pode exceder um minuto.

Artigo 39.º - Proibição do uso da palavra na votação

Anunciado o início da votação, nenhum membro da Assembleia Municipal pode usar da palavra até à proclamação do resultado da mesma, exceto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação.

Artigo 40.º - Declarações de voto

1. Cada agrupamento político ou Membro da Assembleia Municipal tem o direito a produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto oral ou escrita.
2. Qualquer Membro da Assembleia Municipal pode apresentar declaração de voto escrita.
3. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.
4. As declarações de voto escritas podem ser apresentadas até ao final da reunião.
5. Quando se trate de pareceres a enviar a outros órgãos ou instituições, as deliberações são acompanhadas das declarações de voto apresentadas.²³

²³ Ver art.º 58.º da Lei 75/2013, 12/09 e art.º 28.º n.º 2 do Código de Proc. Administrativo: “Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.” e 53.º n.º 4 – “Não podem reclamar nem recorrer aqueles que, sem reserva, tenham aceite, expressa ou tacitamente, um ato administrativo depois de praticado”.



6. As declarações de voto nos requerimentos e recursos de decisões da Mesa são apresentadas por escrito.
7. Não há lugar a declarações de voto nas deliberações por voto secreto.

SECÇÃO II

DOS DOCUMENTOS

Artigo 41.º - Requerimentos

1. São considerados requerimentos os pedidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, recursos das suas decisões ou ao funcionamento da reunião.
2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente e não são fundamentados.
3. Os requerimentos escritos são anunciados pela Mesa no fim da intervenção em curso.
4. Os requerimentos orais não podem exceder dois minutos.
5. Admitido qualquer requerimento pela Mesa é imediatamente votado sem discussão e sem prejuízo do disposto no número 5 do art.º 23.º.
6. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.

Artigo 42.º - Propostas e suas alterações

1. Os Agrupamentos Políticos ou os Membros da Assembleia Municipal podem apresentar propostas de alteração das iniciativas objeto de discussão na ordem do dia, nos termos previstos no nº 4 do artigo 23º deste Regimento.
2. Os agrupamentos autores das propostas de alteração têm direito a um tempo acrescido de dois minutos, por cada uma, até um máximo de quatro minutos.
3. Os autores de propostas não vinculados a nenhum agrupamento político têm direito a um tempo acrescido de um minuto por cada uma, até um máximo de dois minutos.



4. A votação na especialidade segue a ordem da sua apresentação e obedece às seguintes prioridades:
 - a) Propostas de eliminação;
 - b) Propostas de substituição;
 - c) Propostas de emenda;
 - d) Texto discutido com as alterações eventualmente já aprovadas;
 - e) Propostas de aditamento ao texto aprovado.
5. Se a iniciativa que deu origem às propostas de alteração for retirada pelo proponente, ou rejeitada liminarmente pela Assembleia, todas as propostas de alteração são consideradas sem efeito e não são objeto de qualquer discussão ou votação.
6. A Assembleia pode delegar em comissão a redação final de propostas aprovadas na generalidade, se as mesmas forem consideradas especialmente complexas, dispensando-se nova votação em plenário.

Artigo 43.º - Moções

1. Podem ser apresentadas moções de censura ou de confiança relativamente à atuação da Câmara ou da Mesa, seguindo a seguinte metodologia:
 - a) A moção de censura tem de ser fundamentada e subscrita por um número superior a um terço dos Membros da Assembleia Municipal;
 - b) A Mesa pode solicitar à Assembleia a aprovação de moção de confiança sobre a sua atividade;
 - c) A Câmara Municipal pode solicitar à Assembleia a aprovação de uma moção de confiança sobre a sua atividade genérica ou sobre qualquer assunto relevante de interesse municipal;



- d) No caso de não ser requerido o agendamento da moção para sessão extraordinária, é incluído um ponto na ordem do dia na sessão ordinária imediata, desde que a moção tenha sido apresentada com a antecedência de vinte dias;
 - e) O primeiro proponente da moção tem direito a fundamentá-la durante dez minutos, sendo a discussão encerrada pela entidade visada que terá um tempo acrescido de dez minutos;
2. O texto da moção não é suscetível de alteração ou emenda, mas o primeiro proponente pode retirá-la até ao início da votação.

INTERVENÇÃO DA CÂMARA, DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

SECÇÃO I DA INTERVENÇÃO DA CÂMARA

Artigo 44.º - Participação da Câmara nas Atividades da Assembleia

- 1. A Câmara faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia pelo Presidente, ou seu substituto legal, que pode intervir nas discussões, sem direito a voto.
- 2. Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia, sem direito a voto, podendo intervir nos debates a solicitação do Plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara, ou quando invoquem o direito de resposta, no âmbito das tarefas específicas que lhe estão cometidas.²⁴

²⁴ Ver nº 3 do art.º 48º da Lei 169/99, 18/09.



Artigo 45.º - Duração e Forma de Intervenção da Câmara

1. A Câmara Municipal tem direito a um tempo de intervenção indicativo de 10 minutos por cada ponto da ordem do dia.
2. O tempo atribuído à Câmara Municipal poderá ser aumentado em função do número de intervenções e da complexidade das matérias em discussão.
3. É da exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal a gestão do tempo que o Regimento lhe atribui.
4. A Câmara tem direito ao uso da palavra para:
 - a) Apresentar as propostas no âmbito da sua competência;
 - b) Participar nos debates;
 - c) Responder a perguntas dos membros da Assembleia Municipal;
 - d) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento ou dar explicações;
 - e) Fazer protestos e contra protestos;
 - f) Invocar o Regimento ou interpelar a Mesa;
 - g) Reagir contra ofensas à honra ou consideração.
5. À Câmara Municipal cabe o direito de encerrar o debate do período de antes da ordem do dia e a discussão de propostas da sua iniciativa.
6. Finda a intervenção de encerramento do período de antes da ordem do dia e dos pontos da ordem do dia, apenas são admissíveis intervenções para defesa da honra.



SECÇÃO II

DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

Artigo 46.º - Requisitos das deliberações

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos Membros da Assembleia Municipal, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.²⁵

Artigo 47.º - Deliberações

Não podem ser tomadas deliberações durante o período de antes da ordem do dia salvo as referentes a recomendações ou votos de congratulação, saudação, louvor e pesar.²⁶

Artigo 48.º - Processo de votação

1. A votação das propostas é feita pela ordem de entrada, salvo o disposto no art.º 43.º, obedecendo a uma das seguintes formas:
 - a) Por escrutínio secreto, quando envolvam a apreciação do comportamento ou das qualidades de qualquer pessoa;
 - b) Por votação nominal, quando não seja seguida outra forma, desde que a Assembleia assim o decida por maioria do número legal dos seus Membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções;
 - c) Pelo processo de "braço no ar", que constitui a forma usual.

²⁵ Ver art.º 54.º da Lei 75/2013, 12/09.

²⁶ Ver art.º 22.º do Regimento.



1. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os Membros da Assembleia Municipal que se encontrem ou se considerem impedidos, devendo dar conhecimento ao secretariado da Mesa da sua ausência.
2. Em caso de empate na votação, o Presidente da Mesa tem voto de qualidade.
3. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte. Se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, procede-se a votação nominal.
4. Quando a votação tenha de ocorrer por escrutínio secreto, a Mesa, salvo deliberação contrária da Assembleia, pode determinar que o sufrágio se realize em sala anexa ao plenário, durante o debate de outros pontos.
 - a) Aberto o respetivo ponto da ordem do dia são apresentadas as propostas, sendo o ponto suspenso até ao encerramento do escrutínio;
 - b) A ordem e a forma de votação são determinadas pela Mesa que indicam um seu membro para presidir ao ato;
 - c) Finda a votação, a Mesa retoma o ponto da ordem do dia, no final do ponto que estiver a ser debatido, anunciando os resultados e dando lugar às intervenções que o Regimento permitir.

CAPÍTULO VI

SECÇÃO ÚNICA

DAS COMISSÕES DE TRABALHO E REPRESENTANTES

Artigo 49.º - Constituição e composição

1. A Assembleia pode constituir, na esfera das suas atribuições, comissões, subcomissões ou delegações, com carácter permanente ou eventual.



2. As comissões são constituídas por um máximo de sete Membros da Assembleia Municipal, devendo a sua composição aproximar-se da proporção de cada agrupamento político representado na Assembleia Municipal.
3. Todos os agrupamentos têm direito a ter, no mínimo, um representante em cada comissão.
4. De cada comissão, faz parte um membro da Mesa que preside.
5. O número de Membros da Assembleia Municipal de cada comissão e a sua distribuição pelos diversos agrupamentos são fixados pela Comissão Permanente, no caso de não constar de deliberação da Assembleia Municipal.
6. A Câmara é sempre convidada a participar, sem direito a voto, nas reuniões das comissões e subcomissões, salvo deliberação em contrário.

Artigo 50.º - Indicação e Substituição dos Membros da Assembleia Municipal nas Comissões

1. A indicação ou substituição dos Membros da Assembleia Municipal nas comissões compete aos líderes dos agrupamentos, que o devem fazer junto do Presidente no prazo que este fixar;
2. Se algum agrupamento não quiser ou não puder indicar representantes, tal não inviabiliza o seu funcionamento, salvo se daí resultar que a respetiva composição não representa a maioria da Assembleia.
3. No caso do número anterior, não há lugar ao preenchimento da vaga por Membros da Assembleia Municipal de outros agrupamentos.
4. Nenhum membro pode ser indicado para mais que duas comissões, salvo se razões ponderosas forem apresentadas pelo respetivo agrupamento político.
5. Podem ser indicados suplentes a todo o tempo e, na sua falta ou impedimento, os Membros da Assembleia Municipal das comissões, subcomissões ou delegações podem fazer-se substituir ocasionalmente por outros Membros da Assembleia Municipal do respetivo agrupamento.



6. Se um membro de uma comissão faltar injustificadamente, a mais de três reuniões, o Presidente da Assembleia solicitará ao respetivo agrupamento político que proceda à sua substituição.

Artigo 51.º - Competência e funcionamento

1. Compete às comissões apreciar os assuntos objeto da sua constituição, apresentando os respetivos relatórios nos prazos que lhes forem fixados pela Assembleia, que poderão ser prorrogados por esta ou pelo seu Presidente.
2. As comissões podem deliberar, desde que os respetivos elementos representem a maioria proporcional de votos.
3. As deliberações são tomadas por maioria, sendo o voto das comissões ponderado em função da representação proporcional na Assembleia devendo, nos relatórios ou pareceres, constar a posição dos vencidos.
4. O respetivo Presidente tem voto de qualidade, em caso de empate.
5. De cada reunião é lavrada ata em que conste o resumo do que nela tiver ocorrido e que deve ser assinada pelo Presidente e por quem a secretariar.
6. Cada comissão define as suas regras de funcionamento, aplicando subsidiariamente o presente Regimento.

Artigo 52.º - Subcomissões, Delegações e Representações

As subcomissões e delegações devem integrar um membro da Mesa e um elemento de cada agrupamento político com assento na Assembleia.

O seu funcionamento rege-se segundo as regras estabelecidas para as comissões.

A eleição de representantes da Assembleia Municipal, para qualquer representação, é sempre efetuada através de voto secreto e mediante prévia candidatura, com a indicação de membros efetivos e suplentes no mesmo número.



SECÇÃO ÚNICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 53.º - Atas

1. De cada reunião da Assembleia ou de Comissão é lavrada ata, na qual conste o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e o local da reunião, os Membros da Assembleia Municipal presentes, as faltas verificadas à reunião, ou aos pontos da ordem do dia, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e as declarações de voto, a forma e o resultado das respetivas votações, o sentido de voto em cada votação dos agrupamentos políticos e dos Membros da Assembleia Municipal independentes e ainda a menção dos Membros da Assembleia Municipal que não votaram em conformidade com o seu agrupamento político.
2. As atas das sessões ou reuniões fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e respostas dadas. Sempre que algum Membro da Assembleia queira que a sua intervenção seja reproduzida na íntegra deverá entregar essa intervenção por escrito ao secretário da Mesa.
3. As atas são lavradas, sempre que possível, por trabalhador da autarquia local designado para o efeito e são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou que as assina juntamente com o Presidente, devendo ser submetidas à aprovação do órgão na reunião seguinte, sem prejuízo do disposto no n.º5.
4. Os pedidos de retificação da ata são formulados por requerimento escrito e, caso não sejam aceites pela Mesa, são propostos a votação.
5. As atas ou o texto das deliberações tidas como mais relevantes, podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos Membros da Assembleia Municipal presentes.



6. Além das atas, deve ser feito um registo fonográfico das reuniões da Assembleia, que será selado e guardado à ordem da Mesa, podendo ser reproduzido nos termos da Lei de Acesso a Documentos Administrativos (LADA)²⁷, sem prejuízo de custos a definir pela Assembleia.
7. As certidões das atas devem ser passadas, independentemente de despacho, pelo secretário ou por quem o substituir, dentro dos oito dias seguintes à entrada do respetivo requerimento, salvo se disserem respeito a facto passado há mais de cinco anos, caso em que o prazo será de quinze dias.
8. As certidões podem ser substituídas por fotocópias autenticadas.²⁸

Artigo 54.º - Publicidade das reuniões

1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir.²⁹
2. No final de cada reunião da Assembleia Municipal, a Mesa fixa um período de intervenção aberto ao público, o qual não excederá trinta minutos por cada reunião, e até cinco minutos por cada munícipe.
3. Sem prejuízo do direito da defesa de honra, cada agrupamento político tem três minutos para se pronunciar, se assim o entender, na sequência das intervenções do público.
4. A Câmara Municipal pode responder ou prestar esclarecimentos motivados pelas intervenções do público, para o que dispõe de três minutos por cada intervenção, num máximo de dez minutos.

²⁷ Lei 65/93, de 26 de Agosto, com a redação dada pela Lei 94/99, de 16 de julho.

²⁸ Ver art.º 92.º da Lei 169/99, 18/09 e art.º 27.º do Código de Procedimento Administrativo.

²⁹ Ver n.º1 art.º 49.º da Lei 75/2013, 12/09.



Artigo 55.º - Entrada em vigor

1. O presente Regimento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação, devendo ser fornecido um exemplar a cada Membro da Assembleia Municipal e a cada membro do Executivo Camarário.
2. Enquanto não for aprovado o novo Regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

Artigo 56.º - Alterações

1. O presente Regimento pode ser alterado pela Assembleia Municipal por iniciativa da Mesa ou de mais de um terço dos seus membros, através do agendamento de um ponto na ordem do dia ou de convocação de sessão extraordinária.
2. As alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria do número legal dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.